



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI
REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 12 – Nº 25 – Janeiro – Junho 2017
Semestral

ISSN: 1809-6220

Artigo:

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: A ARTE COMO FORMA DE EXPRESSAR
SENTIMENTOS, EMOÇÕES E APRENDIZAGENS**

Autores:

FAGUNDES, Fabiana¹
SIMIONI, Patrícia Zamban²
COSTA, Gisele Maria Tonin da³

¹ Pedagoga, Pós Graduada em Psicopedagogia, Pós Graduada em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual fabifagundesjl@gmail.com

² Pedagoga, Pós Graduada em Psicopedagogia, Pós Graduada em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual patizamban@hotmail.com

³ Orientadora. Pedagoga, Especialista em Planejamento e Gestão da Educação, Mestre em Educação. Coordenadora do Curso de Pedagogia, professora de cursos graduação e pós-graduação da Faculdade IDEAU. gisele@centereletronica.com.br

EDUCAÇÃO ESPECIAL: A ARTE COMO FORMA DE EXPRESSAR SENTIMENTOS, EMOÇÕES E APRENDIZAGENS

RESUMO: A Arte é uma grande ferramenta, um rumo que vai de encontro ao desenvolvimento expressivo e representacional da criança. Precisa ser mais valorizada no espaço escolar, não somente na hora de desenhar e pintar, mas como uma disciplina curricular importante para o desenvolvimento cognitivo das crianças com deficiências. Considerando esse contexto, o presente trabalho questiona: De que forma é importante a socialização e o processo de desenvolvimento do aluno com deficiências, por meio da Arte? Para tanto, este artigo objetiva investigar como a Arte expressa sentimentos, emoções, realidades vivenciadas na vida de uma criança com deficiências; bem como refletir sobre a Educação Especial no contexto atual; identificar a Arte como possibilidade de dar forma ao sentimento, pensamentos, emoções, expressões organizando-os num contexto visual; e por fim, destacar a importância da Arte na Educação Especial demonstrando possibilidade de ressignificação do processo ensino aprendizagem. Para satisfazer os objetivos propostos fez-se uso de uma pesquisa bibliográfica, com características qualitativas. Ao fim da pesquisa pode-se colocar que a Arte desenvolve a criatividade e a fantasia da criança em relação ao meio em que vive. É uma maneira de comunicação não verbal, valorizada pelas pessoas com deficiências, pois é na Arte que elas trabalham suas necessidades, como questões emocionais e sensoriais.

Palavras-chave: Arte; Sentimentos; Emoções; Aprendizagens; Educação Especial.

ABSTRACT: The Art is a great tool, a way that goes against the expressive and representational development of the child. Needs to be more valued in the school space, not just in time to draw and paint, but as a discipline studies important for cognitive development of children with disabilities. Considering the context, the present study asks: how is important the socialization and development of the student with disabilities, through Art? For both, this article aims to investigate how Art expresses feelings, emotions, experienced realities in the life of a child with disabilities; as well as reflect about special education in the current context; identify the Art as possibility to shape the feeling, thoughts, emotions, expressions by organizing them in a visual context; and finally, highlight the importance of Art in special education showing possibility of ressignification of the teaching learning process. To meet the proposed objectives made use of a bibliographical research, with quality characteristics. At the end of the survey you can put that Art develops creativity and fantasy of the child in relation to the environment in which he lives. It's a way of non-verbal communication, valued by people with disabilities, as it is in Art that they work your requirements, as emotional and sensory issues.

Keywords: Art; Feelings; Emotions; Learning; Special Education.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ser humano busca através da observação e experiência de diferentes linguagens a interação e inclusão com várias culturas, povos e sociedades. Durante séculos, investigam-se novas aprendizagens e formas de se comunicar com o meio em que se vive e interage. Dessa forma, a Arte surge como um novo caminho em busca do conhecimento, compreensão e envolvimento, abrangendo um universo extenso de inúmeras maneiras de linguagem, como Artes Visuais, dança, música e teatro, vindo a proporcionar distintos modos de comunicação, chances de expressão, elemento de auto-afirmação, desenvolvimento da capacidade criadora, beneficiando a socialização e instigando o desenvolvimento psicomotor das crianças, com ou sem deficiência, colaborando com a aprendizagem nas escolas.

A vivência junto às crianças com deficiência, especialmente na escola, vem estimulando alguns docentes a assegurar que o reconhecimento das diferenças, constitui um rumo para que se avalize o direito absoluto à escolarização de todos. Esse direito está garantido pela Lei maior, a Constituição Federal de 1988, Artigo 208 que cita “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988).

Assim, o princípio básico da escola inclusiva é o de que todas as crianças precisam aprender juntas, independente de qualquer dificuldade e/ou diferença que tenham. Para tanto, as Escolas precisam compreender e satisfazer as necessidades distintas de seus educandos, adequando-se a todas as maneiras e ritmos de aprendizagem, garantindo uma educação de qualidade a todos, através de um currículo adequado, adaptações organizacionais, táticas de ensino e emprego de recursos individualizados.

Dessa forma, a Arte proporciona melhores subsídios para os alunos com deficiências, mostrando suas precisões e barreiras, harmonizando, além do ambiente para a demonstração do autoconhecimento, uma melhora do amor-próprio, da visão do mundo, da relação social, e do conhecimento de si próprio, sem deixar de discorrer sobre o mundo a sua volta. Nesse contexto, como problemática, o referido artigo questiona: De que forma é importante a socialização e o processo de desenvolvimento do aluno com deficiências por meio da Arte?

E para responder a esta indagação, buscou-se investigar como a Arte expressa sentimentos, emoções, realidades vivenciadas na vida de uma criança com deficiências e, assim, para elucidar o objetivo proposto, foi necessário debater sobre alguns assuntos que fundamentaram o referencial teórico deste artigo, sendo eles: a Educação Especial no contexto atual; a Arte como possibilidade de dar forma ao sentimento, pensamentos, emoções, expressões organizando-os num contexto visual; e a importância da Arte na Educação Especial demonstrando possibilidade de ressignificação do processo ensino aprendizagem. Para tanto, foi necessário utilizar quanto a abordagem uma pesquisa qualitativa, e aos procedimentos a utilização de meios bibliográficos, envolvendo livros, artigos, conseguindo assim, verificar na literatura atual, os mais variados estudos referentes ao tema da pesquisa.

O tema apresenta relevância científica, sendo de enorme grandeza, mostrando saberes para a continuidade na vida profissional e individual, pois é um assunto de muito interesse para o universo de criança com deficiências. Assim, ao fim deste estudo, pode-se dizer que a Arte desenvolve a criatividade e a fantasia da criança em relação ao meio em que vive. É uma

maneira de comunicação não verbal, valorizada pelas pessoas com deficiências, pois é na Arte que elas trabalham suas necessidades, como questões emocionais e sensoriais. Portanto, as aulas de Arte na Educação Especial são fundamentais, e o docente carece em muitas ocasiões descobrir no imprevisto, a criatividade e preciosas aprendizagens.

2 DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem como finalidade estudar determinados aspectos teórico sobre a Educação Especial: a Arte como forma de expressar sentimentos, emoções e aprendizagens, com base em autores que fundamentam o tema proposto. Para tanto, inicialmente, apresenta-se a Educação Especial no contexto atual, com destaque nas leis que a amparam. Em seguida, a Arte como possibilidade de dar forma ao sentimento, pensamentos, emoções, expressões organizando-os num contexto visual, também é repensada. E por fim, é apresentada a importância da Arte na Educação Especial demonstrando possibilidade de ressignificação do processo ensino aprendizagem.

2.1 A Educação Especial no contexto atual

A história da Educação Especial mostra não só as mudanças que ocorreram no atendimento educacional destinado às pessoas com deficiência através dos tempos, como também apontam as marcas fortalecidas perante a sociedade, as quais se tornam, muitas vezes, barreiras em um ensino de qualidade e igualitário a todos. Percebe-se um desprazer na Educação Especial através da história da humanidade, um desligamento dos alunos, isto é, num primeiro momento em que se pensou na educação para pessoas com deficiência, não foi levantada a hipótese de colocá-los juntos aos demais membros da sociedade, porque os deficientes eram considerados “anormais”.

Para tanto, a Constituição Federal Brasileira de 1988, garantiu o direito de todos à educação e assim, a Educação Inclusiva precisa estar introduzida dentro desse direito comum. Da Constituição de 1988 até os dias atuais várias legislações e regulamentações foram instituídas para garantir que as crianças com deficiência sejam incluídas nas escolas, em salas de aula comuns. Tendo como objetivo, integrar os alunos com deficiência e os sem deficiência, para que possam aprender a conviver na diversidade. (BRASIL, 1988).

Em nível mundial o marco da Educação Inclusiva deu-se em 1994, com a Declaração da Salamanca, constituída na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, tendo como principal objetivo versar sobre a escola inclusiva que deve aceitar e acolher todas as crianças, independente de suas limitações, sejam elas: intelectuais, físicas, emocionais, linguísticas, sociais entre outras. Na declaração ficou afirmado o compromisso dos governantes em integrar e tornar eficaz a participação das pessoas com deficiência na escola regular.

No Brasil, as bases legais direcionadas à Educação Especial têm como fundamento a Constituição Federal de 1988 (Artigo 208, III) que institui as pessoas com deficiência a terem ingresso a educação, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) na Lei 8.069, assevera a todas as crianças e adolescentes o direito à equidade de condições de promoção e permanência nos ambiente educativos. Em 1994, é divulgado o documento Política Nacional de Educação Especial, com base no processo de “integração instrucional”, com foco no molde clínico de deficiência, atribuindo às características físicas, intelectuais ou sensoriais dos alunos, uma maneira incapacitante que se compõe no obstáculo para sua inclusão educacional e social (BRASIL, 1994). No entanto, no processo de integração instrucional o ingresso de estudantes com deficiência ao ensino regular era condicionado, conforme anuncia a opinião que norteia quanto à matrícula em classe comum “os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (BRASIL, 1994, p.19).

Logo, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394) de 1996, harmoniza a igualdade de condições para a ascensão e continuação na escola, de educandos com deficiências, favorecendo a concretização de projetos flexíveis e inovadores. (BRASIL, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 em seu capítulo V - Da Educação Especial, no art. 58, cita que “entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 1996).

Ainda, em analogia à Educação Inclusiva os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1998) colocam a Educação Especial de uma forma ampla, ressaltando que a mesma carece ir além de simples atendimento especializado, carece abranger a educação de maneira a formar o indivíduo, objetivando a cidadania; atendendo e respeitando a diversidade

dos alunos, estabelecendo diferenças no exercício pedagógico, de forma que as necessidades educacionais de todos sejam consideradas. Contudo, esse exercício, não pode ser realizado de modo isolado, mas como parte integrante da educação geral.

Acompanhando o processo de transformações em 2001, é constituído o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, tendo em seu item 8, que refere-se a Educação Especial, o ressaltado “o grande avanço que a década da educação deveria produzir será a construção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001).

Ainda, neste mesmo ano estabelecem-se as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB nº 2/2001), onde em seu art. 2º é mencionado que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001a).

Assim, a partir de 2003, com a finalidade de amparar a mudança dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, foram propostas estratégias para a difusão dos referenciais da Educação Inclusiva no Brasil. Para obter este intento, estabeleceu-se o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que aumenta o amplo processo de formação de gestores e de educadores, por meio de integração entre o Ministério da Educação, os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Para tanto, em 2004, é difundido o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, pelo Ministério Público Federal, com a fim de difundir considerações e diretrizes para a inclusão, observando o direito e as benfeitorias da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 é sancionada pelo Brasil como emenda constitucional, através do decreto Legislativo 186/2008 e pelo decreto Executivo 6949/2009. Dessa forma, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ressalta essa ideia ao citar que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ONU, 2006, art. 1).

Ainda no ano de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO divulgam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que tem por finalidade, promover no currículo da educação básica, as temáticas referentes às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que permitam inclusão, ingresso e permanência na educação superior. (BRASIL, 2008).

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas – PDE, no âmbito da Educação Inclusiva, trabalhando com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais. Esse documento reafirma a visão sistêmica da educação que procura ir além da oposição entre educação regular e Educação Especial.

O processo histórico exposto até o momento está contido no documento lançado em 2008, designado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. O mesmo apresenta as diretrizes que baseiam uma política pública voltada à inclusão escolar, concretizando o movimento histórico brasileiro. “Acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos”. (BRASIL, 2008, p.5).

No transcorrer do mesmo ano, o Decreto Nº 6.571/2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que surgiu no sentido de implementar a “Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”, tendo por fim a obrigação da União na prestação de base técnica e financeira aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2008).

Em 2009, é instituída a Resolução Nº 4 CNE/CEB, que estabelece Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, através do requerimento da SEESP para o Conselho Nacional de Educação - CNE visando proporcionar orientações que precisam orientar os sistemas de ensino para concretização do direito ao Atendimento Educacional Especializado – AEE aos alunos inscritos no ensino regular da rede pública, que aceitem os critérios constituídos, de forma a operacionalizar o citado no decreto nº 6.571/2008. (BRASIL, 2009).

E por fim, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) - Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, que define as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos

próximos dez anos. Este documento, além disso, referencia a Educação Especial ao citar no inciso III do seu artigo 2º “São diretrizes do PNE: [...] III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; [...]. (BRASIL, 2014, p.43). O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), em suas metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade.

Em vista a esta proposta, é imprescindível demonstrar e admitir as problemáticas do sistema educacional e afrontar qualquer forma de exclusão, em que a escola inclusiva precisa seguir esse papel, em busca da equidade dentro de seu ambiente.

O movimento mundial pela inclusão é uma ação que envolve a política, a cultura, a sociedade e a ação pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos com deficiência, de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Também é importante destacar que a Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de igualdade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino comprovam a necessidade de enfrentar as práticas discriminatórias e de criar alternativas para superá-las. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais, passa a ser avaliadas, implicando uma mudança, para que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas.

Analisando o contexto percebe-se a importância de falar sobre os especiais e dialogar com eles: o que jamais se deve fazer é falar no lugar deles. Deve-se entender como profissionais da Educação Inclusiva, a sua totalidade, para não torná-la excludente.

Ao fim, pode-se concluir que a escola deve ser um espaço para a sistematização da aprendizagem, sem ser um espaço de esmagamento do homem como ser pensante com os mesmos direitos de igualdade perante a sociedade. O educador precisa ter consciência de sua importância no processo de formação do indivíduo, conhecendo as necessidades de seu aluno deficiente, tornando-o cada vez mais independente e autoconfiante. O convívio será mais significativo se ambos obtiverem um aprendizado em conjunto (professor/aluno). Pois essa é uma tarefa difícil, porém se a escola realmente puser em prática sua função social, se o professor mostrar a importância do seu papel como educador bem como sua formação, será possível construir sim uma educação igualitária.

2.2 A Arte como possibilidade de dar forma ao sentimento, pensamentos, emoções, expressões organizando-os num contexto visual

Mediar entre o aluno e o conhecimento é auxiliar no movimento em relação à aprendizagem cultural através da Arte, é descobrir as lacunas de acesso, perpassando, dessa forma, os desejos, a importância e as precisões das crianças atentas aos saberes, aos sentimentos e aos elementos que se apresentam. Ao apresentar a Arte como elemento de saber é essencial um professor afetuoso, hábil em instituir circunstâncias em que possa expandir a leitura e compreensão do homem sobre o ambiente e sua cultura. Compete ao professor iniciar conversas internas, enricadas pela socialização das sabedorias particulares de cada principiante do conhecimento.

A prática da Arte prepara a criança para, observar e refletir sobre as experiências vividas, pois ela dá direção para entendê-las melhor e, sobretudo, encontrar os caminhos para auxiliar a manifestação da criatividade e imaginação da criança no meio em que vive. Ela é uma forma de comunicação não verbal, pois através dela demonstram seus sentimentos, seus conhecimentos e suas experiências vividas, relatando suas questões emocionais e sensoriais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte refere que:

A educação em Arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação de aprender, pois a Arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve também, conhecer, apreciar refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. Para tanto, a escola deve saber aproveitar a diversidade de recursos humanos e materiais disponíveis na comunidade em que ela esteja inserida, a fim de que o aluno, ao longo da escolaridade tenha a oportunidade de vivenciar o maior número de formas de Arte. (BRASIL, 1997, p.15).

Dessa forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais, ressaltam que a Arte apresenta um papel tão relevante quanto à dos outros saberes no processo de ensino e aprendizagem. A educação em Arte favorece o aumento do pensamento artístico e da astúcia estética, que distinguem um jeito próprio de dispor e oferecer sentido ao conhecimento humano, onde o aluno aumenta sua sensibilidade, noção e pensamento, tanto ao desempenhar formas artísticas quanto no ato de contemplar, ler e distinguir as formas determinadas por ele e pelos colegas nas distintas culturas. (BRASIL, 1997).

Um papel, ao mesmo tempo relevante, que o ensino da Arte precisa exercer refere-se à extensão social das amostras artísticas. A Arte de cada cultura expõe a maneira de entender, notar e articular definições e importância que dirigem os distintos tipos de afinidades entre os sujeitos na sociedade. A Arte promove a visão, a escuta e os outros sentidos como acesso de início para um entendimento mais expressivo das demandas sociais. Essa maneira de comunicação é veloz e dinâmica, pois chega ao interlocutor por meio de uma súmula distante na explanação dos fatos.

Para Barbosa “a Arte deve ser uma fonte de alegria e prazer para a criança quando permite que a organizem seus pensamentos e sentimentos presentes em suas atividades criadoras” (2003, p.28). A Arte apresenta relevância sobre o desenvolvimento da personalidade do aluno e para tanto, a atividade artística precisa ser instigada através dos sentidos do pensamento e de atividades lúdicas que aumentem as probabilidades cognitivas, afetuosas, sociais e instituidoras da criança.

Assim, Barbosa explana que:

Arte não é apenas básica, mais fundamental na educação de um país que se desenvolve. Arte não é enfeite, Arte é cognição, é profissão e é uma forma diferente da palavra interpretar o mundo, a realidade, o imaginário e é conteúdo. Como conteúdo, Arte representa o melhor trabalho do ser humano (2003, p.4).

Conforme Ferreira (2008), a Arte tem a função de beneficiar a ação natural, promover a livre demonstração e consentir a comunicação, ela colabora para o desenvolvimento intelectual, aumentando os conhecimentos e agilidades, empregando as mais distintas linguagens para divulgar saberes sensível. Para que a aprendizagem tenha bom resultado precisa-se crer no potencial de inspiração, sensibilidade e criatividade de cada aluno. Por meio da Arte o aluno se expressa, ao realizar suas produções artísticas cria utilizando a imaginação. Assim, é no espaço escolar que o aluno precisa ser estimulado a desenvolver inúmeras agilidades como o desenhar, modelar e pintar, com recursos naturais ou com papeis e sucatas. Nesse meio o aluno edifica o conhecimento seguindo as influências com o espaço em que vive.

Dessa forma, as ocasiões de livre expressão admitem momentos de segurança, beneficiando o desenvolvimento dos alunos e constituindo-se em ocasiões fundamentais para a socialização e aprendizagem escolar. Assim, Buoro (2000) destaca que, através do conhecimento da Arte, diferentes capacidades de abstração da mente são instigadas, como identificar, escolher, qualificar, avaliar, abreviar e generalizar. A autora ainda ressalta que, as

reproduções nas cavernas apenas tornaram-se possíveis, visto que o homem do período já se deparava com tais habilidades, instigadas por uma precisão principal e essencial. Tal desenvolvimento ocorreu através de exercícios práticos que formam o alicerce das Artes, da lógica, da ciência e do processo científico.

Para tanto, Buoro cita que a Arte:

Enquanto linguagem, interpretação e representação do mundo, é parte deste movimento. Enquanto forma privilegiada dos processos de representação humana, é instrumento essencial para o desenvolvimento da consciência, pois propicia ao homem contato consigo mesmo e com o universo [...]. O conhecimento do meio é básico para a sobrevivência, e representá-lo faz parte do próprio processo pelo qual o ser humano amplia seu saber (BUORO, 2000, p.71).

Sendo assim, toda a linguagem artística tem uma disposição de símbolos que propicia o diálogo e a influência mútua. A Arte exprime, informa, confere sentido às percepções, sentimentos e pensamentos, presentes no dia a dia dos alunos. Deste modo, o currículo de Artes não pode ser abandonado, precisando ser ensinado através de linguagem que beneficie a interação e a participação. A linguagem artística é essencial ao ser humano, e aumenta no conjunto das intervenções culturais, se humaniza e se emociona a cada experimento ou experiência.

Nesse sentido, Buoro referencia que “a Arte é linguagem, construção humana que comunica idéias, e o objeto Arte é considerado, portanto, como texto visual” (2002, p.30). A Arte possibilita que a fantasia abranja outros mundos imagináveis, permitindo novas formas de ser e sentir-se, por meio do observar, analisar, experimentar, praticar, expressar e ajuizar, sobre a sua criação e a dos outros. Buoro (2000), ainda apresenta que, a Arte Visual desperta no aluno o contentamento pessoal, proporcionando a chance de expressar suas importâncias, aspiração e experiências. A Arte através do fazer admite começar e desencadear métodos criativos infinitos.

Assim, para Pillar (1990) as Artes Visuais demonstram a relevância da prática desta forma de expressão através das linguagens artísticas. A autora pondera que “mais do que apenas impressões deixadas pela criança sobre os materiais, os desenhos, as pinturas, as construções evidenciam o seu processo de elaboração intelectual, emocional e perceptivo do mundo, no qual são agentes” (1990, p.74). As agilidades artísticas precisam de ambientes distintos nas Instituições Educacionais como em creches, pré-escolas e escolas, com a finalidade de se tornarem espaços humanizados de autoria e expressão.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil coloca que “[...] tal como a música, as Artes Visuais são linguagens, e também uma das formas importantes de expressão e comunicação humana, o que, por si só justifica sua presença no contexto da educação, de um modo em geral, e na Educação Infantil, particularmente”. (BRASIL, 1998, p.85). As Artes Visuais demonstram-se nas maneiras de expressão visual como desenho, escultura, pintura, fotografia, colagem, cinema, paisagismo, arquitetura, decoração e outras formas. Elas geram a interação e a comunicação, concebem uma maneira de linguagem, assim é essencial o ensino de Artes Visuais, que promove o desenvolvimento da reflexão, da criatividade, do conhecimento, da percepção e da sensibilidade.

Para Lowenfeld (1977), a Arte concebe um modo de expressão natural, mostrando que por meio da livre expressão harmonizada pelas Artes Visuais podem-se distinguir desejos, fantasias, pensamentos, medos e angústias dos alunos. Ainda, conforme Lowenfeld, a Arte “pode constituir o equilíbrio necessário entre o intelecto e as emoções” (1977, p.19). Segundo o autor, através da mediação da Arte o aluno consegue expor circunstâncias vivenciadas no seu cotidiano, expressando, muitas vezes, o que está no seu inconsciente e ao mesmo tempo situações que lhes aflige. Dessa forma, é necessário que o professor incentive o aluno a expor suas vivências internas e externas, desenvolvendo sua personalidade em todos os seus aspectos.

As Artes Visuais expõe através do concreto o pensamento, assim como, seus anseios, pretensão, história, a cultura na qual está inserida e o identifica. O Ensino da Arte coopera para o desenvolvimento humano do sujeito e é no inventar artístico que ocorre essa aprendizagem. Dessa forma, a Arte é uma amplitude que leva os alunos, por meio da sensibilidade, despertar jeitos e ações, chances de acertos e de vidas melhores, indo além do aprimoramento de conteúdos, a Arte oferece ao aluno a possibilidade de apreender, considerar, analisar, perceber, apontar, censurar e entender o sentido das coisas.

De maneira sintetizada, pode-se referir a Arte como uma linguagem que se constitui numa relação homem/mundo. Através da cultura do sujeito, proporciona ao mesmo, compreender e compartilhar suas inúmeras capacidades. Lowenfeld (1977) contribui para essa síntese ao colocar que a Arte permite à criança vivenciar, aprendendo novos modos de atuar e agir sobre o ambiente em que vive, cooperando para o desenvolvimento da sensibilidade humana.

Portanto, é de essencial relevância permitir a criança a noção, manipulação e modificação de diversos materiais. Oportunizar a troca de vivências entre as crianças de

maneira livre e natural, fazendo com que o encanto pelo lúdico possibilite entender a Arte como linguagem que estabelece fins plenos com sentido de estimar e respeitar as inspirações artísticas das crianças. Por tanto, a Arte tem a finalidade de auxiliar a criança em seu método de aprendizagem promovendo e motivando a edificação do conhecimento de maneira produtiva, criadora e prazerosa, fazendo com que a mesma expresse seus mais profundos sentimentos.

2.3 A importância da Arte na Educação Especial demonstrando possibilidade de ressignificação do processo ensino aprendizagem

A Arte permite interpor considerações relevantes sobre a inclusão escolar de alunos com deficiências. Ela pode propiciar a possibilidade da livre expressão, de criar e adequar as experiências por meio da construção de sentidos para a contextualização no dia a dia, adequando aos mesmos uma atividade envolvente e rica para o desenvolvimento significativo e social. O processo de aprendizado é amplo, pois envolvem questões afetivas, orgânicas, cognitivas, motoras, sociais, econômicas, políticas e outras. Este processo, também envolve o aluno, o docente, a escola, a família e a sociedade como parceiras. Sendo assim, é necessário que ambos tenham o mesmo objetivo, o processo de aprendizagem do indivíduo, porém é necessário respeitar o tempo de desenvolvimento de cada criança, sabendo que são crianças especiais e com suas individualidades.

O ensino de Arte conexo à Educação Inclusiva proporciona o desenvolvimento de distintos aspectos, tendo o fato de a Arte/educação oferecer ao educando uma realidade alternada, onde o educador tem a liberdade de interatuar e envolver seu aluno especial; passando a fazer parte de outra proposta social, na qual o aluno edifica sua capacidade criadora, acrescentada de práticas permitidas pela área de Arte, o aluno com deficiência é, dessa forma, direcionado ao método de desenvolvimento e progresso cognitivo, enfatiza-se a prioridade da obtenção de novos conhecimentos obtidos por meio da Arte e suas linguagens, uma analogia essencial por parte do aluno que conjetura em seus conceitos adotados por ações experienciadas contíguas ao que a cerca, ativando a ação relativa ao seu cognitivo, intervindo em sua maneira de refletir e agir para consigo e para com a coletividade (RICIERI; SANTOS, 2015).

Dessa forma, ao falar sobre a diversidade precisa-se falar de múltiplo, de coletividade e de sociedade. No entanto no todo, precisa-se conviver com o único, o singular, o ímpar, ou seja, respeitar esta condição, que nada mais é do que a condição humana. Todavia, os alunos com deficiências, convivem neste coletivo, mas não são homogêneos, ainda que muitos sejam rotulados. Para tanto, a Arte representa um diálogo possível, porque parte de uma singularidade para a coletividade, valoriza a diversidade, os múltiplos olhares e sensibilizações, como elementos enriquecedores do desenvolvimento pessoal e social.

Assim, o ensino de Arte é uma maneira de requerer a astúcia, a criatividade e a cultura dos alunos com deficiências, pois esses apresentam escassas chances de realização, poucos momentos de satisfação, logo, é indispensável que esses encontrem valores em suas vidas, sintam-se admiráveis, úteis e amados e a Arte permite essa equidade e essa relação, promovendo o desenvolvimento do ser humano.

A partir desse contexto, a Arte se torna um exercício criativo, é uma inspiração humana com estima estética, é a demonstração do majestoso, onde o homem busca comunicar em suas obras de Arte os seus sentimentos e suas emoções, e por meio dela expor. Cabe ressaltar, neste sentido, os preceitos de Corrêa e Nunes (2006), que enfatizam a função da Arte para os alunos com deficiências:

- Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados, desenvolvendo competências com o manuseio de ferramentas, materiais, técnicas a organização e produção artística, bem como as relações pessoais e interpessoais na criação artística;
- Criar uma relação de autoconfiança com a construção artística pessoal, respeitando a própria produção e a dos outros;
- Compreender e saber identificar a Arte como fato histórico, contextualizando-a nas diversas culturas;
- Observar as relações entre a pessoa e a realidade, com interesse e curiosidade, dialogando, indagando, discutindo, argumentando e lendo a obra de modo inteligível e sensível;
- Buscar e organizar informações sobre Arte, por meio de contato com artistas, produções, documentos e acervos, reconhecendo e compreendendo a variedade de produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas (2006, p. 61).

Assim sendo, Buoro (2000) refere-se à Arte, enquanto linguagem, como uma maneira excepcional dos procedimentos de aspecto humano, é instrumento fundamental para o desenvolvimento da consciência, uma relação do homem consigo próprio e com o universo. Dessa forma, a Arte é uma maneira de o homem compreender a conjuntura ao seu redor e relacionar-se com ele.

Deste modo, as Artes Visuais, segundo Fischer (2007) apresentam a capacidade de trabalhar as inteligências do aluno com deficiência, e essa especialidade é essencial para o processo de ensino aprendizagem dos mesmos.

Costa (2000) ratificou a relevância de trabalhar a Arte Visual com as crianças com deficiência, no sentido de causar a satisfação e a capacidade criadora, cooperando para a constituição de sujeitos mais humanos, prontos para desvendar suas capacidades e aptidão. Conforme o autor é por meio da disciplina de Arte que a criança expõe seus sentimentos, anseios, suas fantasias e angústias. De tal modo, a Arte é um essencial afazer educacional, pois instiga a astúcia e coopera para o desenvolvimento da personalidade do sujeito. Assim, a educação empregando a Arte como instrumento, se torna um método eficaz e sucessivo que precisa ser usado para promover o entendimento dos alunos com deficiências.

O ensino de Arte nas escolas permite aos alunos com deficiência, que demonstrem sua criatividade, proporcionando uma relação contínua com a realidade e o imaginário, harmonizando o desenvolvimento do pensamento artístico e da inteligência estética. Assim, a Lei n. 9.394/96, torna obrigatória na educação básica: “O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. (BRASIL, 1996, art. 26, 2).

Nesse sentido, conforme se refere Stainback e Stainback (1999) a Arte precisa ser acometida na aprendizagem das distintas culturas, a partir do ponto de vista de que todo indivíduo tem uma cultura, todas as culturas são relevantes e tem direito ao respeito, e a diversidade. Assim, a educação multicultural não deve ser vista através de um aspecto e uma obrigação com a equidade, mas com a sensibilidade e com a persuasão da inclusão.

Ao abordar a Arte nas suas distintas linguagens, “[...] percebe-se o benefício de se potencializar os diferentes canais de percepção sensorial do educando, ampliando sua capacidade de aprendizagem, adaptação e percepção do mundo circundante” (SANTANA, 2004, p.15). A linguagem artística, para o aluno com deficiência, coopera expressivamente para o aumento da autoestima, além de entusiasmar no exercício das outras áreas do conhecimento.

Assim, a partir do instante em que se põe o conhecimento como elemento contíguo ao cotidiano do aluno e ao mesmo tempo compreensível em seu universo, a aprendizagem se revolve expressiva e, em consequência, eficiente. A respeito da constituição de uma aprendizagem expressiva e motivacional dentro da Educação Inclusiva, ressaltam-se as palavras de Gardner:

Sobre as múltiplas inteligências, mesmo o portador de deficiência mental é capaz de apreender conteúdos complexos utilizando outros canais sensoriais que não aquele compreendido. Isto pelo simples fato do ser humano conter a possibilidade de se expressar e assimilar conteúdos diversos que se constroem no cérebro, formando o objeto a ser percebido, quando exercitadas as percepções auditivas, Visuais, táteis, sinestésico-corporais e a capacidade de desenvolver relações intra e interpessoais, assim como a capacidade de transpor para objetos reais a experiência sensorial utilizando a inteligência pictórica. (*apud* SANTANA, 2004, p.16).

Portanto, na investigação por atuações pedagógicas eficientes à prática inclusiva, se faz indispensável uma oferta diferenciada de experimentos artísticos aos alunos com deficiência. Neste sentido, é essencial trabalhar as especificidades da linguagem de cada um, de forma a permitir o emprego de todos os canais sensoriais. Assim, se satisfaz o mundo destes alunos e se beneficia a sua expressão segundo a potencialidade que eles oferecem, e não ponderando os obstáculos da sua deficiência. A diversificação dos experimentos artísticos na Educação Inclusiva ocorre normalmente por meio das Artes Visuais, da dança, do teatro e da música.

Dessa forma, conforme Ricieri e Santos (2015) a analogia entre a Arte e a inclusão, é de extrema relevância ao destacar suas relações no exercício pedagógico. Apontar os fatores que orientam o aluno deficiente a um método de influência ativa contígua à ação do ensino aprendizagem, advertindo que não se devem inferiorizar suas habilidades e capacidades, colocando a confiança sem desprezar o aluno com deficiências. O professor precisa entender a Arte/educação, empregar e harmonizar os mais diversos elementos do exercício deste ensino.

Os autores Ricieri e Santos (2015), ainda colocam que nas Artes Visuais o educador carece empregar os variados instrumentos desta linguagem característica, como a pintura, confecções de móveis, montagem etc., desvendar seus valores, apresentar ao aluno uma nova cultura, por meio da disciplina, assim o docente necessita interceder o ensino da Arte dispondo ao aluno novas aquisições cognitivas pensando em uma nova visão de mundo por parte do aluno, sem duvidar de sua habilidade e capacidade.

Por fim, para Vygotsky (1991), o exercício pleno da criatividade é de importância fundamental para a criança, sinalizando para a importância da expressão espontânea integrada ao processo de aquisição do conhecimento. Nessa perspectiva, a Arte e a educação assumem um papel de essencialidade nas práticas pedagógicas, nos currículos.

Nesse sentido, a Arte é potencializadora da autoestima e da autoconfiança, e é extremamente importante para o desenvolvimento do aluno com deficiências. Se o ato de criar

e representar forem capazes de despertar no aluno o prazer de fruir, fazer e vivenciar a Arte estarão então contribuindo para seu crescimento pessoal.

Assim, conclui-se, com base nos referenciais teóricos que a Arte como recurso pedagógico desenvolve muitas habilidades e possibilita a inclusão desses alunos na sociedade, além de contribuir para que eles se sintam capazes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse trabalho, que buscou investigar como a Arte expressa sentimentos, emoções, realidades vivenciadas na vida de uma criança com deficiências, pode-se colocar que a Arte é uma forma de comunicação não verbal, estimada pelas pessoas com deficiências, pois através dela podem trabalhar suas precisões, como os assuntos emocionais e sensoriais.

A Arte apresenta relevância presente na vida de todos os alunos, todavia ao se referir aos alunos com deficiências adquire um desempenho essencial na constituição de sua personalidade. O indivíduo com deficiência tem raras ocasiões de realização e de satisfação, portanto é indispensáveis que esses indivíduos encontrem sentido em suas vidas, sentindo-se admiráveis, úteis e apreciadas.

Deste modo, a importância da Arte na Educação Especial é instigar nos educandos a auto-expressão, permitindo a ampliação dos seus potenciais por meio da inventividade, flexibilidade, sensibilidade, imaginação e conhecimento. Assim, por meio da Arte é admissível a mudança, expressar a vontade, aspirações e percorrer o mundo. De tal modo, tem-se na Arte um dos caminhos mais importantes para que o sujeito amplie sua potencialidade, é um dos elementos de comunicação mais eficientes a causar o desenvolvimento dos indivíduos, por isso, precisa-se incitar o emprego dos instrumentos artísticos nas suas mais diferentes maneiras, seja como a dança, a música, o teatro, a Arte visual ou outras, sendo que é por meio dessas modalidades que se cogita a ampliação dessas crianças.

Dessa forma, para a Educação Especial o direito a diversidade orienta o modelo curricular em constituição, que necessita rever valores de maneira independente e coerente. Mostrando uma nova visão, valores e funções sociais, convidado para um diálogo sobre as diferenças. Deste modo, o ensino de Artes tem uma função enorme nessa transformação de padrões, no currículo escolar representa um desafio que abrange questões complexas como

sociedade, legislação, professores e alunos, por fim, uma composição curricular volvida para a diversidade da realidade escolar.

O tema apresenta relevância científica, sendo de enorme grandeza, mostrando saberes para a continuidade na vida profissional e individual, pois é um assunto de muito interesse para o universo de criança com deficiências. Assim, ao fim deste estudo, pode-se dizer que a Arte desenvolve a criatividade e a fantasia da criança em relação ao meio em que vive.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae (org.). Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte. In: **Conceitos e terminologias aquecendo uma transforma-ção**: atitudes e valores no da Arte. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** – sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades da educação especial. Brasília: Ministério da Justiça, 1994.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** - ECA. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN. Lei 9394/96. Brasília/DF: Diário Oficial da União, n. 248 de 23.12.96.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BUORO, A. B. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola**. São Paulo: Cortez, 2000.

BUORO, A. B. **Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte**. São Paulo: Edu/Fapesp/Cortez, 2002.

CORRÊA, A. D.; NUNES, A. L. R. (org). **O ensino das artes visuais: Uma abordagem simbólico-cultural**. Santa Maria: UFSM, 2006.

COSTA, R. X. A socialização do portador de deficiência mental através da arte. **Revista Integração**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, v.12, edição especial, p. 16-19, 2000.

FERREIRA, Aurora. **A criança e arte: o dia a dia na sala de aula**. 3.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

LOWENFELD, Viktor. **A criança e sua Arte**. 2.ed. São Paulo: MESTRE JOU, 1977.

PILLAR, A. D. **Fazendo artes na alfabetização**. Porto Alegre: Kuarup, 1990.

RICIERI, João Guilherme Barreto Prandini; SANTOS, Mateus Mito dos. A arte inclusiva e a inclusão da arte: alguns apontamentos. **Revista da Fundarte**. Santa Catarina, v.15, n.29, jan./jun. 2015. p.64-73.

SANTANA, Cláudia Gutierrez. **A arte e a educação inclusiva: uma possibilidade real**. Curitiba: IESDE, 2004.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p.21-66.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência de 2006**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/convencao>> Acesso em; abr. 2016.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 4a edição. São Paulo: Martins Fontes, 1991.